



CONSULTORIA JURÍDICA LEGISLATIVA
PARECER
EMENDA Nº 173 DE 2019

1. Análise da Propositura:

Encontra-se no âmbito desta Consultoria para os procedimentos regimentais o Projeto de Lei 8.262/19, de autoria do Poder Executivo, o qual estabelece as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2020 e dá outras providências.

Compete a esta Consultoria Jurídica Legislativa o apoio técnico-jurídico aos trabalhos das Comissões Permanentes, vide art. 272 do R.I, desde que solicitado pelos presidentes das respectivas comissões, conforme enunciado expresso do art. 274, cabendo a Consultoria assegurar a legalidade dos atos relacionados às atribuições do Poder Legislativo Municipal.

Nestes termos, a consultoria emite parecer sobre a emenda parlamentar de **nº 173 de 2019**, de autoria do **Vereador Galego de Lajes**, nos termos do art. 166, § 4º da Constituição Federal, cominado com o art. 36, inciso IV e §1º da LOM, que determinam expressamente:

Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

(...)

§ 4º **As emendas** ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas **quando incompatíveis com o plano plurianual**.

Art. 36 - São de iniciativa exclusiva do Poder Executivo as leis que disponham sobre:

(...)

IV - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento e matéria tributária;

Deste modo, claras são as balizas que devem permear o presente parecer, quais sejam: a **emenda parlamentar deve estar compatível com o Plano Plurianual (Lei Municipal nº 6.005/2017)** e a emenda deve possuir **relação temática com o objeto ao qual faz menção**.



Assim, eis o teor da proposta parlamentar:

| | |
|---|---|
| Art. 1º - Fica acrescentado no Anexo de Prioridades, Eixo 2 – Sustentabilidade e Desenvolvimento Econômico ao Projeto de Lei nº 8.262/2019 o seguinte item: | |
| META | 2.4.2 Apoiar a implantação de hortas comunitárias, incluindo o fornecimento de equipamentos, assistência técnica e implementos agrícolas aos produtores.. |

Previsão no PPA:

Observação: as metas 2.4.2 presentes no art.1º não possui previsão na Lei 6.005, de 08 de Dezembro de 2017 – Plano Plurianual do Município de Caruaru, para o período 201/82021 – tornando a meta incompatível, devendo *ope legis* ser rejeitada por inconstitucionalidade.

| | |
|---|--------------------------------------|
| Art. 1º - Fica acrescentado no Anexo de Prioridades, Eixo 2 – Sustentabilidade e Desenvolvimento Econômico ao Projeto de Lei nº 8.262/2019 o seguinte item: | |
| META | 2.4.3 Incentivar o turismo ecológico |

Previsão no PPA:

| Previsão no PPA PROMOÇÃO DO TURISMO | |
|---|--|
| Programa: 2301 - PROMOÇÃO DO TURISMO | |
| Objetivo: Consolidar as ações de expansão e melhoria da atividade turística no Município, promovendo a melhoria da qualidade de vida da comunidade residente nas áreas contempladas pelo programa e dos turistas. | |
| Problema: Promoção eficaz do turismo | |
| Justificativa: Desenvolver o turismo como uma atividade econômica sustentável, tendo papel relevante na geração de empregos, proporcionando a inclusão social no Município. | |
| Público alvo: População em geral | |
| Tipo: 1 - Finalístico | |
| Responsável: 2 - RAQUEL TEIXEIRA LYRA LUCENA | |
| Horizonte temporal: Contínuo | |
| Fonte de financiamento: () Seguridade Social (X) Fiscal | |
| Macro objetivo: Promover cultura, turismo e patrocinar festividades cívicas e outras manifestações culturais (E5) | |

Assim, a meta 2.4.3 possui compatibilidade com o PPA e relação temática com o projeto de Lei em esboço.

| | |
|---|---|
| Art. 1º - Fica acrescentado no Anexo de Prioridades, Eixo 2 – Sustentabilidade e Desenvolvimento Econômico ao Projeto de Lei nº 8.262/2019 o seguinte item: | |
| META | 2.4.4 Construção de passagens molhadas interligando as vilas e povoados da zona rural |
| META | 2.4.5 Asfaltamento das principais estradas da zona rural para escoamento de produção |



Previsão no PPA:

| Previsão no PPA INFRAESTRUTURA URBANA |
|--|
| <p>Programa: 1504 - INFRAESTRUTURA URBANA</p> <p>Objetivo: Oferecer InfraEstrutura Urbana à população demandatária de espaços, vias e serviços públicos, revitalização da área central de Caruaru e do Morro do Bom Jesus, inclusive com a melhoria dos acessos e pavimentação tanto da zona urbana, quanto da zona rural do Município.</p> <p>Problema:</p> <p>Justificativa: A evolução da cidade corresponde a modificações quantitativas e qualitativas na gama de atividades urbanas e, conseqüentemente, surge à necessidade de adaptação tanto dos espaços urbanos, como a de acessibilidade desses espaços, e da própria infraestrutura, incluindo a pavimentação asfáltica e calçamento das estradas da zona rural.</p> <p>Público alvo: Municípios em geral.</p> <p>Tipo: 1 - Finalístico</p> <p>Responsável: 2 - RAQUEL TEIXEIRA LYRA LUCENA</p> <p>Horizonte temporal: Contínuo</p> <p>Fonte de financiamento: () Seguridade Social (X) Fiscal</p> <p>Macro objetivo: GESTÃO DO TERRITÓRIO E DA CIDADE</p> |

Assim, a **meta 2.2.4** e possuem compatibilidade com o PPA e relação temática com o projeto de Lei em esboço.

2 CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina pela **constitucionalidade e legalidade da emenda nº173/2019**, com emenda supressiva no art. 1º que insere a **meta 2.4.2**.

É o parecer. À conclusão superior.

Câmara Municipal de Caruaru-PE, 16 de agosto de 2019.

Anderson de Mélo

OAB-PE 33.933D

|Analista Legislativo – Esp. Direito| **Mat. 740-1**